

ENQUADRAMENTO

CICLO DE DEBATES

“O QUE É SER ANGOLANA/O?”

Data: por definir | **Local:** por definir

CONTEXTO

Angola vive em paz há quase vinte anos. Desde então, as prioridades de governação e discussão social têm-se dividido entre os interesses de grupos ancorados no poder decisório dos governantes e as necessidades mais elementares da colectividade dos governados. Com o fim da guerra civil, nunca se criaram as condições para que os angolanos pudessem imaginar um sentido colectivo de nacionalidade, solidariedade e oportunidades para todos. O mesmo se aplica ao respeito pela vida humana e ao reconhecimento da dignidade do outro. As diferenças de perspectiva que conduziram às cisões no movimento nacionalista angolano nunca foram verdadeiramente resolvidas.

Outra questão preocupante tem a ver com a assimilação indiferente de muitos símbolos coloniais. O exemplo mais gritante é a manutenção de traços do poder colonial na administração da justiça em Angola. De facto, ainda hoje vigoram no País vários instrumentos legais coloniais que foram há muito revogados ou profundamente alterados em Portugal, apesar de serem interpretados à luz da Constituição.

Além disso, Angola mantém na sua toponímia e identidade a presença generalizada de nomes de personagens portuguesas como o navegador Diogo Cão – celebrado em Portugal como tendo descoberto o Reino do Congo e a foz do Rio Zaire. Trata-se de uma expressão celebratória dos “descobrimientos”, uma designação historiográfica que tem sistematicamente negado a existência de sociedades pré-coloniais com organização social, política e identitária própria, as quais foram destruídas pelas práticas desumanas e genocidas empreendidas pelos portugueses, como o tráfico de escravos e a exploração de mão-de-obra barata.

Fruto das divisões políticas internas e da imposição violenta de ideologias, a sociedade angolana tem sido cada vez mais alienada dos valores identitários, da matriz africana de solidariedade e da afirmação do conhecimento como factor de integração universal e fonte de desenvolvimento.

Em 1990, o Ministério da Justiça coordenou a elaboração de um relatório sobre a corrupção no país, no qual inscreveu, de forma lapidar, a seguinte expressão: “O angolano cria dificuldades para vender

facilidades.” Paralelamente, um cidadão anónimo sugere que “o maior impedimento ao desenvolvimento do angolano é o próprio angolano”. São duas afirmações extraordinárias que nos convidam a reflectir sobre a estrutura política e socioeconómica em Angola.

Os processos político-militares e de exclusão política e social criaram modelos distorcidos e comportamentos desviantes que adulteraram a auto-representação dos angolanos. Primeiro, consagraram a criação de uma elite assente na pilhagem e destruição do país e dos concidadãos. Segundo, impuseram um modelo de inversão de valores morais e códigos de conduta social que institucionalizaram a corrupção, a banalização da vida humana e das instituições do Estado, bem como promoveram a mediocridade e a mendicidade, que por sua vez facilitaram a privatização do Estado.

Procurou-se construir, de forma acelerada e para benefício de uma minoria apenas, uma falsa imagem de modernidade assente na opulência e na ostentação dos principais beneficiários do poder. Enquanto isso, a maioria da população foi remetida à pobreza extrema e a viver em condições sub-humanas, como se os cidadãos fossem desterrados no seu próprio país.

Para podermos discutir as mudanças estruturais que são necessárias implementar no sistema de governação, para podermos pensar e agir em prol da sociedade angolana, do bem comum e do interesse nacional, é preciso que nos interroguemos sobre quem somos nós.

O que é que identifica e une os angolanos? O que significa verdadeiramente ser angolano?

As respostas a estas questões podem conduzir-nos a um diálogo mais aberto, inclusivo e criativo sobre os factores que nos impedem de aproveitar os talentos humanos de que dispomos para melhorarmos a vida dos angolanos e alcançarmos o desenvolvimento holístico da nação.

Não existem identidades predefinidas ou automáticas. A construção de uma identidade é um processo histórico, antropológico, sociológico, político e legal que decorre ao longo de várias gerações. Consequentemente, questionar a identidade angolana não é um sinal de fraqueza, mas sim de afirmação de um caminho que está a ser percorrido de forma consciente e empenhada.

A diversidade é uma das forças maiores de um país: a convivência entre povos diferentes, a existência de culturas em interacção, de mentalidades em debate, estão na origem da robustez de um país e da sua sociedade.

Uma identidade nacional frágil leva à desagregação dos países e ao falhanço dos Estados. Por contraste, identidades nacionais bem desenvolvidas são muitas vezes a condição para uma modernização bem-sucedida que confronte com segurança outras sociedades.

Ser angolano, hoje, já não é uma interrogação existencial, mas uma busca da essência. Existe um ser angolano, e temos de descobrir as suas referências colectivas, os seus valores comuns, o património partilhado – no fim de contas, a mentalidade e a imagem dos angolanos.

A identidade nacional alicerça-se na crença no país e na sua estrutura política. Assim, um dos aspectos essenciais na formulação da identificação nacional é a legitimação do sistema político. Contudo, o tema mais determinante acaba por ser a partilha de uma cultura e de valores comuns, constituída pelas histórias que as pessoas contam sobre si, de onde vêm, o que celebram, as memórias históricas conjuntas, e o que as torna genuínas participantes da comunidade.

A questão das dicotomias nacional/internacional; unicidade/diversidade e esquecimento/memória histórica são fundamentais para encontrar a essência angolana nos tempos contemporâneos.

A identidade não se decreta por lei. A lei elabora na ordem espontânea gerada pela sociedade e sua estruturação. Nem tudo depende do Direito, mas muito da História, da Antropologia e da Sociologia. As imposições de cima para baixo não resultam e não resolvem. O Direito é importante para consolidar a ordem espontânea e muitas vezes para fazer avançar essa ordem, quando ela se torna imobilista, mas nunca como mero instrumento de ordenamento social e de consolidação do poder, sem ligação à sociedade em que se insere. Daí a necessidade de convocar todas as áreas do conhecimento que possam ajudar a definir e descobrir os valores, mentalidades e imagens partilhadas pela comunidade.

E não se deve esperar apenas por uma liderança, seja democrática ou providencial, para impor essa identidade. Este é um desígnio de toda a sociedade, em que todos têm de contribuir. É fácil não fazer nada e criticar. É mais difícil fazer alguma coisa, suportar as críticas e tomá-las como recursos para renovar compromissos e construir um novo projecto nacional e patriótico que vise alcançar os desígnios fundamentais dos angolanos e das angolanas.

É tempo de mobilizar a sociedade, e de todos darem o seu contributo para o País e o seu futuro. Todos podemos contribuir para mudar a situação. É hora de actuar, e não de nos resignarmos ou de esperarmos.

É necessário promover um diálogo nacional sobre “O Que é Ser Angolano”, de modo a empoderar os angolanos e a fazer com que exerçam plenamente a cidadania. Trata-se de um passo fundamental para gerar consensos e criar uma identidade angolana definitivamente robusta e suficientemente mobilizadora para se tornar a base da liberdade, da solidariedade e do desenvolvimento angolanos.

OBJECTIVOS

Promover um diálogo nacional sobre “O Que é Ser Angolano”, de modo a empoderar os angolanos e a fazer com que exerçam plenamente a cidadania. Trata-se de um passo fundamental para gerar consensos e criar uma identidade angolana definitivamente robusta e suficientemente mobilizadora para se tornar a base da liberdade, da solidariedade e do desenvolvimento angolanos.

O Ciclo de Debates terá como temas centrais:

- 1. Memória, Afirmações Identitárias e Sentimentos de Pertença**
- 2. Direito e Justiça, Imagens e Realidades na Organização do Estado Angolano**
- 3. Conceitos de Tradição, Modernidade e Suas Práticas na Sociedade**
- 4. Representações de Patriotismo e Cidadania**
- 5. Modelos de Representação Social, Política e Religiosa**
- 6. Ciência, Conhecimento e Sociedade**
- 7. Estabilidade, Segurança e Desenvolvimento**

RESULTADOS

Os argumentos e os pontos de vista apresentados nestes encontros públicos serão compilados em publicações destinadas a fomentar e alargar os debates por todo o País.